

DOSSIER SOBRE AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2004 NA GUINÉ-BISSAU

Entrevista com Higinio Cardoso

"Se não houver reclamação nas mesas, não poderá haver reclamações finais"

Por PUBLICO.PT

28.03.2004

O Presidente da CNE reconhece que houve dificuldades no recenseamento, mas garante que estão reunidas as condições para que o voto seja transparente.

Os cadernos eleitorais estiveram a serem ultimados até à última hora, com base no recenseamento de 1999 e 2003, para as eleições na Guiné-Bissau, adiadas na diáspora, por atrasos no recenseamento. A menos de 24 horas da abertura das urnas, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) não tinha um número definitivo de eleitores inscritos, falando em cerca de 608 mil. Apesar disso, o presidente da CNE, Higinio Cardoso, garantiu estar "tudo a postos" para a votação decorrer normalmente, sob a presença de uma centena de observadores internacionais da CPLP, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Organização Internacional da Francofonia, da União Africana, e da União Económica e Monetária Oeste Africana. Nega as alegações de fraude avançadas por alguns partidos relativamente às anteriores eleições de 1994 e 1999, dizendo que são "invenção" dos partidos.

Quais os mecanismos instalados para prevenir eventuais fraudes?

Higinio Cardoso - Nas assembleias de voto, cada partido terá um representante e a contagem será feita na mesma na presença dos representantes dos partidos políticos. Depois será feita uma acta dos resultados que deverá ser assinada pelos representantes de todos os partidos, sob pena de nulidade. Cada representante de um partido político leva uma cópia dessa acta para o seu partido. Com todos esses dados, não vejo como alguém poderá desviar boletins de voto. Os boletins serão contados no local logo a seguir ao encerramento das urnas.

Quando será feita a divulgação dos primeiros resultados?

R - A partir da meia-noite [de hoje, mesma hora em Lisboa], começaremos a divulgar alguns resultados parciais através da Internet. A proclamação dos resultados deverá ser feita até terça ou quarta-feira. A haver reclamações, elas serão feitas na mesa, e se a mesa não resolver a questão, segue para o tribunal regional, e só depois, se ainda continuar por resolver, é que sobe para o Supremo Tribunal. Se não houver nenhuma reclamação de base, não poderão ser feitas reclamações finais.

Estão reunidas as condições para que as eleições sejam justas e transparentes?

R - Penso que sim, embora possa reconhecer que houve dificuldades no recenseamento, que houve algumas irregularidades, mas nós - os partidos políticos e a CNE - fizemos tudo para corrigir essa irregularidade e estamos convencidos de que não é por aí que haverá problema. Sei que há pessoas preocupadas, mas eu estou tranquilo. Fizemos tudo para que não possa haver qualquer tipo de aproveitamento político mas os partidos aproveitam sempre alguma coisa para criticar. As suspeitas de fraude que levantaram relativamente às eleições de 1999 foram uma invenção.

Legislativas na Guiné-Bissau

Voto marcado pelo receio do pós-eleições

Por PUBLICO.PT

28.03.2004

As Forças Armadas prometeram ser neutras. Aos partidos políticos pediu-se "sentido de Estado". O representante especial da ONU em Bissau, David Stephen, alertou para as consequências "muito graves" que poderiam advir de um "fracasso no processo eleitoral".

José Ramos-Horta, chefe da diplomacia timorense e enviado da CPLP reconheceu existirem "perigos internos" decorrentes da "enorme fragilidade" das instituições do país, e expressou inquietação relativamente à "aparente falta de coesão" das chefias militares, admitindo publicamente aquilo que muitos comentam em privado, relativamente "aos receios do pós-eleições". Mas quais são esses receios?

O mais imediato e comum é o receio de uma fraude, seja ela em pequena ou grande escala. Perante a fraca probabilidade de um partido sair com uma maioria clara, a simples suspeita de fraude poderá ser factor de desestabilização.

Eventuais "declarações incendiárias" de vitória também causam apreensão. Durante a campanha, houve "excessos e ataques pessoais" que eram "dispensáveis", nas palavras do Presidente Henrique Rosa. Apesar de uma manifestação estudantil em plena campanha ter degenerado em confrontos com a polícia, a situação foi geralmente contida.

A libertação de Kumba Ialá, à revelia do Presidente e do Governo de transição, há duas semanas, foi outro incidente da campanha. Representou a prova visível da influência, embora não assumida, dos militares. Com esse episódio ficou também patente a "aparente falta de coesão" das chefias militares; Kumba Ialá foi libertado, pela segunda vez, depois do chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), general Veríssimo Seabra, ter desmentido essa intenção e de ter atribuído ao episódio um erro "dos serviços da Segurança do Estado".

Ao contrário do previsto, Kumba Ialá andou a percorrer o país, durante a campanha, sob a condição, exigida pelos militares balantas, de que não estaria onde estivessem jornalistas.

Forças armas "neutras" e "apartidárias"

Observadores guineenses em Bissau, que falaram ao PÚBLICO, dizem que não está descartada a hipótese de ajustes de contas por parte do partido vencedor.

Teme-se que se o PAIGC sair vencedor, permaneça muito tempo no poder, recupere os históricos para os quadros do Estado e inicie perseguições a nível político ou militar. À partida porém, a liderança do partido optou pela contenção ao longo das três semanas de campanha eleitoral, revelando "moderação".

A reacção do EMGFA no dia em que alguns eleitores apareceram na campanha do PAIGC envergando camisolas com o retrato do ex-Presidente Nino Vieira foi imediata: pediu explicações a dois vice-presidentes do PAIGC que disseram que isso nada tinha a ver com a campanha oficial do partido.

Nino Vieira foi deposto por um levantamento militar, liderado pela ex-Junta Militar de Brigadeiro Ansumane Mané, e depois de um período de transição, o país viveu a primeira experiência de alternância política, em 1999, com a vitória do PRS nas legislativas e de Kumba Ialá, nas presidenciais.

O novo Presidente, que personificava a esperança de um eleitorado, cansado do partido único, colocou na administração pública e nas Forças Armadas homens do seu partido, da sua etnia (balanta), ou da sua confiança.

O chefe de EMGFA, general Veríssimo Seabra, garantiu que as FA seriam neutras no processo eleitoral, "como sempre", lembrando que o Exército é "apartidário".

Reconciliação "sem rancor"

Mas dois partidos quebraram a rotina das promessas eleitorais e desafiaram essa questão. Idrissa Djaló, líder do PUN, pediu aos militares para não interferirem na política, e Faustino Imbali, do PMP, prometeu uma profunda reestruturação das Forças Armadas, implicitamente reconhecendo o problema existente.

Há três dias, o EMGFA anunciou o início do processo de reconciliação sem "nenhum rancor" dos militares afastados por envolvimento em golpes de Estado ou actos de desestabilização. O anúncio não dissipou o mal-estar suscitado pela permanência na cadeia de dez militares ligados a Ansumane Mané, acusados de tentativa de golpe, em Dezembro de 2002, contra Kumba Ialá, entretanto deposto por um golpe militar.

Também nos últimos dias antes do fim da campanha, foi anunciada a morte de mais um desses militares, o capitão Braima Mané, no hospital da base aérea militar. Estes presos, entre os quais se destaca Almame Alan Camará, tornaram-se um símbolo da difícil reconciliação entre os militares depois da morte - em circunstâncias nunca esclarecidas - do brigadeiro Ansumane Mané.

Seis meses depois do golpe de Estado

Um país onde há "tanto por fazer e tantos para o fazer"

Por PUBLICO.PT

28.03.2004

Há cerca de duas semanas, uma turista portuguesa visitou Bissau e ficou triste. Era a primeira vez que visitava o continente africano e, por ter amigos guineenses, escolheu a Guiné-Bissau para se estrear em África. Ao longo de uma semana ouviu histórias e "estórias", questionava tudo e todos à procura de uma explicação para a pobreza reinante no país.

"Mas como é possível haver tanto por fazer e tantos para o fazer?", tornou-se a questão que lhe pareceu óbvia. A resposta era invariavelmente a mesma: "São os políticos". "Mas são só os políticos?", retorquia. "Ah, e os militares também, claro", era a resposta seguinte.

Espantada, a sua interrogação era ainda maior: "Mas como é que isso é possível?". E todos, mas todos, disse a turista portuguesa, lhe explicavam os sonhos da libertação, o fim desses mesmos sonhos, as desconfianças, as traições, as intimidações, os medos, os golpes de Estado, as tentativas de sublevação, as mortes, as alegadas "inventonas", estrategicamente orientadas para afastar os que eram e são incómodos.

Em 30 anos de independência, a Guiné-Bissau tornara-se um país dependente, disseram-lhe. Dependente de tudo e de todos. Da caridade das organizações não governamentais e da comunidade internacional. Em suma: a culpa é da incompetência e da apetência dos políticos e militares pelo poder, que lhes dá regalias e estatuto. E assim se criou toda uma geração de políticos, que vendem e se vendem, se criou uma elite de "novos ricos" que, súbita e curiosamente, enriquece quando chega ao poder.

De cada vez que há eleições, os partidos políticos exibem uma força inusitada, um poderio económico que deixa atónita uma população que continua a bater no fundo sem que haja uma verdadeira guerra civil, à semelhança dos vizinhos Serra Leoa e Libéria. De cada vez que há eleições, há sempre a esperança de que tudo mude. De cada vez que há eleições, a esperança dilui-se poucos meses depois da votação e os cerca de 1,3 milhões de habitantes voltam à resignação.

A Guiné-Bissau vive hoje mais um momento de esperança. Antes do golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003, o país estava economicamente de rastos. Depois do golpe, assim continuou. A comunidade internacional condicionou a ajuda à normalização institucional e deu "luz verde" à ideia de que, afinal, até há golpes de Estado bons. Insistiu, todavia, que só apoiaria abundantemente o país depois das eleições.

Criaram-se estruturas de transição e marcaram-se eleições para hoje. Pagaram-se regularmente os salários correntes na Função Pública, o que já não se fazia há quase um ano. Mas a grande maioria da população continua a viver abaixo do limiar da pobreza. A falta de pagamento de ordenados deixou marcas profundas.

De resto, se não há luz, paciência, se não há água, resigna-se, se não há comida, alguém a dará. E ninguém morre à fome. Mas continua a não haver dinheiro fresco. E o contraste surgiu através da política. Inicialmente, pensou-se que as 15 forças políticas em liça nas legislativas não tinham dinheiro para a campanha. Mas aconteceu precisamente o contrário.

Na sua maioria, os partidos (12) e coligações (três) demonstraram ao longo de três semanas disporem de um "arsenal financeiro" de fazer inveja a muitas formações até na própria Europa. "Campanhas à americana", dizia um dirigente político. Do nada, surgiram equipas estrangeiras para melhorar a imagem de alguns candidatos, novas viaturas "todo-o-terreno", topo de gama, telemóveis, máquinas de costura e milhares e milhares de cartazes e "t-shirts", tudo para oferecer à população.

O mais caro arroz, principal dieta alimentar dos guineenses, desapareceu dos mercados para ser oferecido aos eleitores, que recebem também importantes somas de dinheiro obtido sabe-se lá de que proveniência. Três longas semanas de festa, de sã convivência, de civismo e sem quaisquer incidentes de maior para uma população que, afinal de contas, até já sorri e participou na campanha de forma surpreendente.

De súbito, todos assumem qual o seu partido, expõem as suas razões e os motivos pelo qual confiam no candidato. Coisa impensável em 1994 e 1999, onde os receios eram muitos e os temores de retaliação eram ainda maiores.

Mas o dinheiro continua, paradoxalmente, sem circular. Os "donativos" são guardados religiosamente, pois o passado já

provou que após a tempestade nem sempre vem a bonança. "Temos de saber trabalhar, temos de saber produzir, mas temos também de saber pedir". A frase poderia ser de um qualquer eleitor anónimo, mas não. É do ministro da Presidência dos Conselhos de Ministros guineense, Armando Tchobá dos Santos, e reflecte o estado de espírito no país.

Sintomático é o facto de Bissau ter sido palco, na sexta-feira, dos quatro comícios de encerramento de campanha de outras tantas forças políticas - as principais. Dezenas de milhar de militantes invadiram o centro da capital, onde, estrategicamente, os vendedores de rua se colocaram. Nenhum terá ficado satisfeito, pois no final da "festa", as mercadorias continuaram nos cestos. Não há dinheiro.

Legislativas na Guiné-Bissau

A última oportunidade para os guineenses voltarem a acreditar

Por PUBLICO.PT
28.03.2004

As eleições legislativas que hoje decorrem na Guiné-Bissau encerram o primeiro ciclo dos seis meses de transição, depois do golpe de Estado de 14 de Setembro que depôs Kumba Ialá.

Daqui a um ano, as presidenciais elegerão o chefe de Estado, cargo hoje ocupado por Henrique Rosa. O Comité Militar (composto por 25 oficiais que protagonizaram o golpe de 14 de Setembro) continuará, em teoria, a funcionar como instrumento de consulta do Presidente da República.

O contexto das eleições

As legislativas de hoje são a "última oportunidade" para o país sair da profunda crise e "dar a volta", costumam dizer observadores, políticos e diplomatas. Da validação destas eleições, dependerá a retoma dos programas de cooperação internacional com Bissau, há muito aguardada.

São as terceiras eleições legislativas depois das gerais de 1994, ganhas pelo PAIGC, e as de 1999, que se saldaram com a vitória do PRS de Kumba Ialá, cuja governação, nos últimos cinco anos, levou ao declínio das instituições, à desresponsabilização das autoridades perante o imparável degradar das condições sociais, ao desrespeito da Constituição, e aos conflitos entre a Presidência e a Justiça e ao braço-de-ferro com a Assembleia.

Depois da dissolução do Parlamento e da criação de um Governo de iniciativa presidencial, em Novembro de 2002, a situação piorou, e as legislativas antecipadas foram adiadas, três vezes, até Outubro de 2003.

Nunca chegaram a acontecer, com o golpe de Estado em Setembro.

Foi formado um Governo de transição liderado por uma figura do PRS, Artur Sanha, imposta pelos militares. Hoje os cerca de 600 mil eleitores guineenses voltam a escolher um Governo e uma nova Assembleia.

Espera-se uma forte adesão. "Há descrença, mas também há uma grande vontade de mudar as coisas na Guiné-Bissau", disse ao PÚBLICO, Higino Cardoso, presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Favoritos e cenários pós-eleitorais

Até ao fim da campanha, todos os líderes partidários reivindicaram uma vitória com maioria absoluta. Mas as previsões apontam para uma dispersão dos votos, que poderá beneficiar alguns partidos mais pequenos, ao obrigar os grandes a formar coligações ou um governo de base alargada. Algumas formações políticas defendem um Pacto de Estabilidade para ajudar o país a sair da crise. O resultado continua em aberto. Mas alguns partidos destacam-se por já terem tido experiência governativa, ou disporem de uma forte máquina de propagação.

Não existem sondagens abrangentes, e entre as que existem, uma deu vantagem ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a outra ao Partido Unido Social Democrático (PUSD).

As eleições serão renhidas e o cargo de primeiro-ministro deverá ser disputado entre os candidatos de três formações políticas: Carlos Gomes Júnior, do PAIGC, Francisco Fadul, do PUSD, e Hélder Vaz da Plataforma Unida (PU).

Além destes, o Parlamento deverá ficar dominado por outros dois partidos: o PRS, liderado interinamente por Alberto

Nambeia, e a União para a Mudança (UM) de Amine Saad. A coligação de quatro partidos, União Eleitoral (UE) de Joaquim Baldé, o Partido do Manifesto do Povo (PMP), de Faustino Imbali, e o Partido da Unidade Nacional (PUN), de Idrissa Djaló, são apontados como tendo hipóteses de eleger deputados. Os outros partidos em liça são a Resistência da Guiné-Bissau, o Movimento Democrático Guineense, o Fórum Cívico Guineense - Social Democracia, Partido Democrático Socialista, União Nacional para o Desenvolvimento e Progresso, Partido Socialista da Guiné-Bissau, Aliança Popular Unida.

As promessas da campanha

O combate à pobreza e à corrupção, a reforma da administração pública, a construção de infra-estruturas, além da dinamização da agricultura e promessas de melhor acesso ao ensino e à saúde foram as propostas lançadas, um pouco por todo o país, pelos quinze partidos e coligações, nas três semanas de campanha. Mas mais do que as propostas, conta o meio de as fazer chegar às populações. E nisso, é clara a vantagem dos candidatos que dispõem de mais recursos e se apoiam em poderosas máquinas partidárias, como o PAIGC ou o PRS, o último partido a governar.

O PAIGC tem uma implantação a nível nacional, beneficia de ser o partido que conduziu a luta de libertação e de ter experiência de governação. Congrega um eleitorado com um "vínculo moral" ao PAIGC. Se para alguns, este partido pode ser conotado com o lado mais negativo do regime do ex-Presidente Nino Vieira, outros anseiam por uma estabilidade que associam aos anos em que o PAIGC governou.

Ao juntar cinco partidos, uns com implantação no Sul, outros com implantação no Norte, a coligação Plataforma Unida (PU), consegue ir buscar apoio a Bissau, indo também conquistar votos às regiões.

A plataforma, que tem como candidato a primeiro-ministro Hélder Vaz, beneficia segundo alguns, de um programa claro, embora tenha sido uma das formações que lançou violentos ataques a adversários mais poderosos, durante a campanha. Acusou o PRS de ter assassinado o brigadeiro Ansumane Mané e o PAIGC de ter morto o líder histórico Amílcar Cabral.

O PUSD de Francisco Fadul - que liderou o Governo de transição depois do conflito de 1998 e 1999 - conta com um eleitorado jovem e beneficia de uma experiência de governação que, embora curta, ficou associada a um tempo de esperança, depois da guerra, e à reconquista de uma certa credibilidade internacional.

O Partido da Renovação Social (PRS) que se implantou também graças ao apoio balanta, etnia que constitui cerca de um quarto da população, perdeu apoio, em Bissau, onde as pessoas sentiram mais os efeitos negativos da governação de Kumba Ialá.

Guineenses vão às mesas de voto para as legislativas

Guiné-Bissau: Henrique Rosa garante neutralidade de militares no processo eleitoral

Por Lusa
28.03.2004

O Presidente da Guiné-Bissau, Henrique Rosa, e o chefe de Estado deposto, Kumba Ialá, votaram hoje, em Bissau, na mesma assembleia de voto, com cerca de 45 minutos de diferença e no meio de grande aparato policial. No final, Henrique Rosa garantiu que os militares vão manter a sua neutralidade no processo eleitoral para as legislativas.

Henrique Rosa, que votou cerca das 12h00 numa das poucas assembleias de voto que estão abertas em Bissau, adiantou que as eleições de hoje não constituem a última oportunidade para o país seguir o caminho do desenvolvimento, mas advertiu que, caso contrário, essa via será "muito difícil".

"Não, não é a última oportunidade. Mas se nós não tomarmos o rumo certo, será, de certeza, muito difícil para a Guiné-Bissau conseguir outra oportunidade para motivar tanta gente e a comunidade internacional", sublinhou Henrique Rosa.

Sobre os atrasos registados na abertura das mesas de voto em Bissau, o chefe de Estado guineense admitiu que "há uma certa perturbação", mas defendeu que tanto a Comissão nacional de Eleições (CNE) como a Comissão Regional de Eleições (CRE) vão, ao longo do dia, "colmatar essas falhas".

Quanto à evolução da situação no interior, Henrique Rosa indicou ter informações de que a votação está a decorrer "normalmente", embora, pontualmente, haja alguns atrasos, pouco significativos, na abertura das mesas de voto.

O responsável desdramatizou também os rumores que dão conta da possibilidade de se registarem fraudes, frisando que, com o civismo demonstrado na campanha eleitoral e a vontade que há de todos para tirar a Guiné-Bissau da crise, "não vai haver sabotagens".

Cerca de uma hora antes de Henrique Rosa ter votado, e no mesmo local, o presidente deposto no golpe de Estado de 14 de Setembro último, Kumba Ialá, exerceu também o seu direito de voto.

No final, e em resposta à questão sobre se estava "ressentido" com o líder do golpe militar de Setembro, general Veríssimo Correia Seabra, actual chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e ainda presidente do Conselho Nacional de Transição, Kumba Ialá foi lacónico. "Qual general? O único general que conheço é o [antigo presidente guineense João Bernardo] 'Nino' [Vieira], que defrontei nas eleições [de 1994]. Esse sim, é que é o general", respondeu, sublinhando sentir-se "óptimo" depois de ter "cumprido o dever cívico como cidadão".

Por seu lado, Mário Pires, dirigente do Partido da Renovação Social (PRS, fundado por Kumba Ialá) e ex-primeiro-ministro do Governo de iniciativa presidencial, negou que o PRS esteja envolvido em qualquer manipulação dos resultados eleitorais. "Têm andado a dizer que nós vamos divulgar os resultados das eleições antes do órgão competente, que é a CNE, o fazer. Mas eu ouvi isso ao contrário. Outros partidos é que se preparam para fazer isso", sublinhou.

"Nós estamos tranquilos e à vontade. Esperemos que o único órgão capaz de anunciar os resultados seja a CNE", acrescentou Mário Pires, que declarou também não ter medo de eventuais fraudes. "Não tenho medo de fraudes. Mas não devemos começar com o pessimismo. Devemos estar conscientes de que hoje é um dia alegre e não devemos pensar em fantasmas que podem denegrir a imagem deste povo, que é bastante pacífico", acrescentou.

Até às 12:30, nenhum órgão oficial sabia ainda a taxa de participação do eleitorado, quer em Bissau quer no interior. No resto do país, fonte da CNE disse à Lusa que a votação está a decorrer normalmente e com civismo, não se conhecendo quaisquer incidentes de maior.

Em Bissau, devido ao atraso na abertura das urnas, as mesas de voto deverão ficar abertas até mais tarde, acrescentou a fonte da CNE.

Nem todas as mesas da capital abriram ontem

Legislativas na Guiné-Bissau: segundo dia de votação adiado para amanhã

Por PUBLICO.PT
29.03.2004

O segundo dia de votação nas eleições legislativas na Guiné-Bissau foi adiado para amanhã. A votação, que se realizou ontem, não foi possível em todas as mesas eleitorais de Bissau, a capital, e a Comissão Nacional de Eleições marcou um segundo dia de escrutínio para hoje, que teve de ser adiado na sequência de problemas de organização.

Alguns milhares dos 605 mil eleitores guineenses inscritos não conseguiram exercer o seu direito de voto ontem em Bissau, mas deverão poder fazê-lo amanhã, a partir das 07h00. A "repetição" da votação só se realizará na capital guineense, já que decorreu sem incidentes nas outras zonas do país, realçou Higinio Cardoso, presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

A meio da tarde de ontem, constatou-se que algumas mesas de voto não estariam em condições de realizar o escrutínio, porque não tinham recebido material eleitoral, nomeadamente as listas — segundo Higinio Cardoso, dez por cento das 520 mesas de voto da capital terão permanecido fechadas, mas a Reuters fala em 30 por cento. Outros casos houve em que as urnas abriram tarde, mas fecharam só noite dentro.

A decisão de adiar a segunda votação para amanhã foi tomada "em concertação com os representantes de todos os partidos políticos", informou Higinio Cardoso, presidente da Comissão Nacional de Eleições, adiantando que está prevista outra reunião para hoje, no sentido de "ver efectivamente o que não funcionou [ontem], de modo a corrigir e assegurar que tudo se desenrolará em normalidade [amanhã]".

Apesar disso, esta manhã alguns eleitores dirigiram-se às mesas de voto, desconhecendo ainda o adiamento, informa a AFP. Ontem, alguns eleitores, face à impossibilidade de votarem, barricaram estradas e queimaram pneus, levando à intervenção das forças da ordem.

As legislativas, às quais concorrem doze partidos e três coligações, vão eleger 102 deputados e recolocar o país no caminho democrático, depois do ex-Presidente Kumba Ialá ter suspenso a Assembleia e criado um Governo de iniciativa presidencial e dos militares o terem derrubado em golpe de Estado, a 14 de Setembro do ano passado. Uma centena de observadores internacionais estão a vigiar o processo eleitoral.

Partido da Renovação Social diz que não vai reconhecer derrota

Guiné-Bissau: militares opõem-se à divulgação de resultados eleitorais

**Por AFP, Lusa
31.03.2004**

O comité militar da Guiné-Bissau, autor do golpe de Estado que derrubou Kumba Ialá, opõe-se à divulgação dos resultados das legislativas até que sejam avaliadas as reivindicações de todos os partidos. A posição dos militares foi assumida pouco depois do Partido da Renovação Social (PRS), apontado como segundo classificado, ter anunciado que não irá reconhecer os resultados

"A fim de preservar o clima e a estabilidade interna e evitar problemas de consequências imprevisíveis nenhum resultado deve ser anunciado antes que as reivindicações das diferentes formações políticas sejam satisfeitas", declarou aos jornalistas o general Veríssimo Seabra Correia, chefe das Forças Armadas e presidente do Conselho Nacional de Transição da Guiné-Bissau.

A divulgação dos resultados — que apontam para a vitória do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) — estava prevista para as 22h00 (hora de Lisboa).

Esta tarde, quando já circulavam em Bissau informações sobre a vitória do PAIGC, o PRS, fundado pelo ex-Presidente Kumba Ialá e assumindo-se como representante da etnia balanta, denunciou a existência de irregularidades e prometeu contestar o resultados.

Em declarações aos jornalistas, o líder interino do PRS, Alberto Nambéia, contestou as conclusões dos observadores internacionais, que apontam para a regularidade e transparência do processo, apesar dos problemas logísticos que levaram ao prolongamento da votação.

"Caso o PRS perca estas eleições, devido a irregularidades não resolvidas, vai formar o seu próprio Governo. Não vamos aceitar um resultado manipulado por fraudes", declarou o responsável.

Temendo um regresso da instabilidade ao país seis meses após o golpe de Estado, o Presidente interino guineense, Henrique Rosa, apelou às Forças Armadas — onde a etnia balanta é dominante — para se manterem imparciais após a divulgação dos resultados.

Também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) exortou todos os partidos políticos guineenses a reconhecerem os resultados das eleições, sustentando que estas decorreram de forma transparente.

"A CPLP, convicta de que estas eleições marcam o início de uma nova fase na vida do povo guineense, exorta todas as forças políticas a reconhecer o veredicto popular, garante da estabilidade política, da consolidação do Estado de Direito e da credibilidade externa do país", lê-se num comunicado divulgado esta tarde em Lisboa.

No documento, a CPLP congratula-se ainda "com o elevado civismo e transparência que caracterizaram o acto eleitoral e regista ainda com agrado a grande mobilização do povo guineense num ambiente de serenidade".

Ao contrário do PRS, o Partido Unido Social Democrata (PUSD), liderado por Francisco Fadul, já veio reconhecer a vitória do PAIGC — que remete uma posição oficial para depois do anúncio oficial dos resultados.

Durão pede às autoridades guineenses para que respeitem resultados

Guiné-Bissau: PAIGC reclama vitória nas legislativas

Por PUBLICO.PT
01.04.2004

O PAIGC reivindicou hoje a vitória nas eleições legislativas da Guiné-Bissau, apesar de não terem sido ainda divulgados os resultados oficiais, quase 48 horas após o encerramento das urnas.

Apesar de ontem ter garantido que não se iria pronunciar antes da divulgação dos resultados oficiais, Carlos Gomes Júnior, o líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), apresentou-se hoje como o "novo primeiro-ministro" do país. Desde terça-feira que circulam informações em Bissau apontando para a vitória do antigo partido único, tendo várias das formações opositoras reconhecido já a derrota.

Em conferência de imprensa, o responsável lamentou ainda a polémica que rodeia as eleições e que está a dificultar a divulgação dos resultados oficiais.

O Partido da Renovação Social (PRS), fundado pelo ex-Presidente Kumba Ialá, anunciou ontem que não irá reconhecer a derrota, denunciando a existência de várias irregularidades. O partido, com grande influência junto das Forças Armadas, promete avançar com a formação de um governo próprio se não lhe for dada razão, ainda que seja apontado como apenas segundo ou terceiro classificado no escrutínio iniciado domingo.

Horas depois – e apesar do apelo do Presidente Henrique Rosa para que as Forças Armadas se mantivessem imparciais – o general Veríssimo Seabra, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e líder da rebelião que derrubou Kumba Ialá, opôs-se à divulgação dos resultados até que sejam analisadas todas as queixas.

Contudo, a Comissão Nacional de Eleições garante que, até ao momento, não foram apresentadas quaisquer denúncias de irregularidades e prometeu divulgar os resultados ainda hoje. Também os observadores internacionais afirmaram que, apesar dos problemas técnicos que levaram ao adiamento do encerramento das urnas, as eleições decorreram de forma livre e transparente.

Para tentar resolver o impasse, que ameaça lançar o país num novo período de instabilidade, seis meses após o golpe de Estado, chegou hoje a Bissau uma delegação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) — mediadora, junto com a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) do acordo político alcançado após o golpe de Estado de Setembro passado.

Em Lisboa, o primeiro-ministro português, Durão Barroso, advertiu as autoridades guineenses para a necessidade de serem respeitados os resultados eleitorais, sublinhando que "o não cumprimento das regras não será compreendido pela comunidade internacional".

Durão afirmou que a situação na Guiné-Bissau está a ser seguida "com muita atenção" em Lisboa e sublinhou que Portugal "vai continuar a ajudar" as novas autoridades guineenses a conseguir o desejado apoio da comunidade internacional.

Falta apurar número de votos dos emigrantes

PAIGC anunciado oficialmente vencedor das legislativas na Guiné-Bissau

Por Lusa, PÚBLICO
04.04.2004

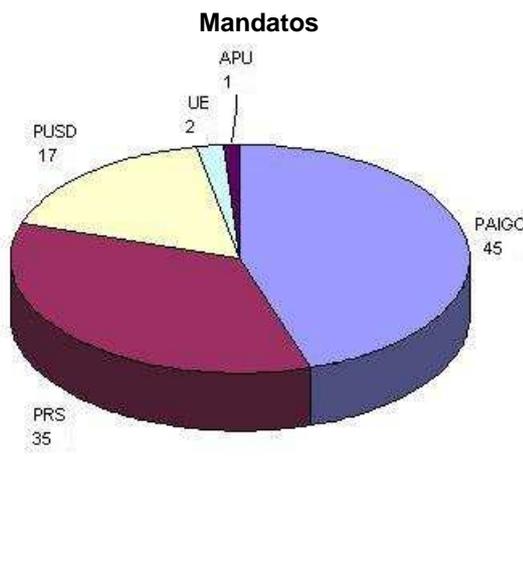
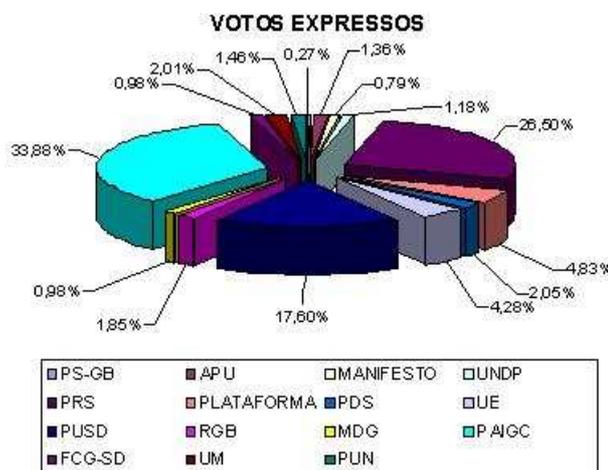
A Comissão Nacional de Eleições guineense avançou hoje resultados provisórios oficiais que apontam o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado pelo empresário Carlos Gomes Júnior, como o vencedor, sem maioria absoluta, das eleições legislativas realizadas no país entre 28 e 30 de Março

De acordo com os mesmos dados oficiais, o PAIGC elegeu 45 dos 102 deputados para a futura Assembleia Nacional, seguido pelo Partido da Renovação Social (PRS), de Kumba Ialá, com 35, pelo Partido Unido Social-Democrata (PUSD), de Francisco Fadul, com 17, e pelas coligações União Eleitoral (UE), com dois, e Aliança Popular Unida (APU), com apenas um.

Segundo a Comissão Nacional de Eleições (CNE), faltam ainda apurar dois deputados referentes aos círculos do Resto de África e Europa, onde a votação não se efectuou devido a um recenseamento defeituoso. Como consequência, os eleitores emigrantes nessas duas zonas terão que aguardar uma nova data para exercer o seu voto.

Resultados Gerais

Partidos	Votos	Percent.	Mandatos
PAIGC	145.316	33,88%	45
PRS	113.656	26,50%	35
PUSD	75.485	17,60%	17
PLATAF.	20.700	4,83%	0
UE	18.354	4,28%	2
PDS	8.789	2,05%	0
UM	8.621	2,01%	0
RGB	7.918	1,85%	0
PUN	6.260	1,46%	0
APU	5.817	1,36%	1
UNDP	5.042	1,18%	0
MDG	4.209	0,98%	0
FCG-SD	4.202	0,98%	0
MANIFESTO	3.402	0,79%	0
PS-GB	1.166	0,27%	0
TOTAL	428.937	100%	100
BRANCOS	19.682		
NULOS	10.420		
PROTESTOS	1.215		
VOTANTES	460.254		
INSCRITOS	603.639		
ABSTENÇÃO EM %	24		



Resultados por Região

PARTIDOS	SAB	TOMBALI	QUINARA	OIO	BIOMBO	BOL/BIJ	BAFATA	GABU	CACHEU	TOTAL
PS-GB	374	0	110	447	63	73	11	0	88	1166
APU	860	264	168	496	538	264	636	561	2030	5817
MANIFESTO	438	270	162	821	304	51	345	296	715	3402
UNDP	724	428	64	786	208	78	1209	1130	415	5042
PRS	19802	12325	5819	31582	6314	613	11972	8597	16632	113656
PLATAFORMA	3943	1243	924	1886	985	680	4205	4170	2664	20700
PDS	1017	448	235	1287	476	195	1372	2587	1172	8789
UE	2153	520	81	2087	154	70	5198	6125	1966	18354
PUSD	33741	2968	1251	8351	1753	1240	9476	8758	7947	75485
RGB	1192	774	332	1122	614	180	1104	1622	978	7918
MDG	975	257	145	498	391	184	623	646	483	4202
PAIGC	42977	8631	8704	18228	16171	7985	15646	14109	12865	145316
FCG-SD	1011	222	198	538	387	150	550	702	451	4209
UM	1170	475	314	1439	439	342	1593	1700	1149	8621
PUN	1097	288	102	571	177	102	949	2416	558	6260

BRANCOS	2495	1557	770	3553	1578	387	3150	2721	3471	19682
NULOS	1545	661	391	1766	761	272	1707	1815	1502	10420
PROTESTOS	339	128	53	319	58	19	152	0	147	1215
VOTANTES	115853	31459	19823	75777	31371	12885	59898	57955	55233	460254
INSCRITOS	156233	38598	24472	99244	34137	16521	77491	75542	81401	603639
ABSTENÇÃO	40380	7139	4649	23467	2766	3636	17593	17587	26168	143385

Resultados por Circulo

CE	INS	VOT.	BRA	NUL	PRO	PSGB	APU	MAN.	UNDP	PRS	PLAT.	PDS	UE	PUSD	RGB	MDG	PAIGC	FCG	UM	PUN
1	15.450	12.881	525	292	46	0	92	107	46	6.577	505	153	75	480	493	60	3.124	81	151	74
2	23.148	18.578	1.032	369	82	0	172	163	382	5.748	738	295	445	2.488	281	197	5.507	141	324	214
3	13.233	10.811	391	236	18	68	94	54	28	2.172	763	133	33	1.048	104	96	5.293	115	105	60
4	11.239	9.012	379	155	35	42	74	108	36	3.647	161	102	48	203	228	49	3.411	83	209	42
5	25.154	21.237	892	466	80	95	109	207	71	13.397	280	217	114	2.293	121	91	2.544	121	70	69
6	22.192	14.965	821	427	62	95	127	152	492	1.522	752	362	1.484	1.998	351	171	5.075	164	711	199
7	16.399	14.660	568	274	31	77	130	72	110	1.897	450	424	210	2.300	171	131	7.080	168	435	132
8	35.499	24.915	1.272	599	146	180	130	390	113	14.766	404	284	279	1.760	479	105	3.529	85	223	171
9	17.504	15.554	954	460	18	0	438	119	89	1.633	554	350	89	659	322	223	8.995	241	293	117
10	16.633	15.817	624	301	40	63	100	185	119	4.681	431	126	65	1.094	292	168	7.176	146	146	60
11	16.521	12.885	387	272	19	73	264	51	78	613	680	195	70	1.240	180	184	7.985	150	342	102
12	31.637	24.290	1.118	650	88	9	198	114	571	4.143	1.721	618	1.535	4.705	452	260	6.205	260	1.243	400
13	20.337	17.122	957	442	43	2	132	50	270	4.265	863	313	2.363	2.078	208	112	4.610	99	169	146
14	25.517	18.486	1.075	615	21	0	306	181	368	3.564	1.621	441	1.300	2.693	444	251	4.831	191	181	403
15	21.082	16.347	755	627	0	0	150	70	190	2.732	650	744	2.797	2.465	520	157	3.647	147	336	360
16	27.895	21.716	858	521	0	0	195	91	339	2.983	2.171	499	1.346	3.261	458	227	6.926	208	672	961
17	11.424	8.717	414	219	0	0	59	24	82	1.649	429	773	1.034	1.443	246	80	1.364	48	310	543
18	15.141	11.175	694	448	0	0	157	111	519	1.233	920	571	948	1.589	398	182	2.172	299	382	552
19	34.522	25.095	1.628	661	83	0	263	401	143	11.614	834	400	389	2.429	391	207	4.846	153	475	178
20	27.034	16.897	1.010	432	48	0	1.500	214	129	2.582	1.072	364	817	2.896	298	145	4.474	171	500	245
21	19.845	13.241	833	409	16	88	267	100	143	2.436	758	408	760	2.622	289	131	3.545	127	174	135
22																				
23																				
24	17.433	12.137	157	155	35	44	47	20	56	1.113	542	74	130	4.350	82	116	4.959	61	102	94
25	24.899	16.434	434	215	38	128	62	67	127	6.450	621	105	194	2.917	226	82	4.408	179	86	95
26	22.469	16.862	438	234	54	12	156	40	58	1.409	690	102	127	4.756	134	144	8.182	84	89	153
27	26.508	21.126	335	230	82	40	182	80	89	3.062	734	159	301	7.300	366	138	7.283	380	254	111
28	33.385	25.228	537	341	71	84	287	83	179	2.159	820	167	563	8.918	186	165	9.912	178	283	295
29	31.539	24.066	594	370	59	66	126	148	215	5.609	536	410	838	5.500	198	330	8.233	129	356	349
TOTAL	603.639	460.254	19.682	10.420	1.215	1.166	5.817	3.402	5.042	113.656	20.700	8.789	18.354	75.485	7.918	4.202	145.316	4.209	8.621	6.260

FONTE: <http://www.guine-bissau.com/eleicoes/index.asp?action=1>